

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 26 DE**
3 **FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS, NO MUSEU DE ARTE MURILO**
4 **MENDES.**

5 Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze
6 horas, na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes,
7 regimentalmente convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius
8 David e com as presenças dos conselheiros: Girelene Alves da Silva, Eduardo Antônio
9 Salomão Condé, Cassiano Caon Amorim, Mônica Ribeiro de Oliveira, Ana Lívia de
10 Souza Coimbra, Marcos Souza Freitas, Eduardo Barrere, Virgílio Cesar da Silva e
11 Oliveira, José Gustavo Francis Abdala, Jorge Carlos Felz Ferreira, Aline Araújo Passos,
12 Lourival Batista de Oliveira, Júnior, André Silva Martins, Jeferson Macedo Vianna,
13 Denise Barbosa de Castro Friedrich, Hélio Antônio da Silva, José Otávio do Amaral
14 Corrêa, Jaqueline da Silva Frônio, Rogério de Souza Sérgio Ferreira, Maria Cristina
15 Vasconcellos Furtado, Cristina Simões Bezerra, Rubens Luiz Rodrigues, Eliete do
16 Carmo Garcia Verbena Faria, Raquel Bernardo Fett, Sérgio de Castro Tardelli, Iago do
17 Nascimento Silva, Mylena Palermo de Melo, Luana Nascimento Lombardi, Ricardo
18 Bonfante, Márcio Roberto Sá Fortes, Heronides Filho, Pedro Henrique Cuco, Igor
19 Coelho, Dimas Augusto de Carvalho, Pâmela Emanuelle Julião, Denis Alves Perdigão,
20 Ângelo Márcio Leite Denadai e Fábio Alessandro Pieri, realizou-se a reunião do
21 Egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Justificaram**
22 **ausência:** Liamara Scortegagna, Marina Monteiro de Castro e Castro, Shirley Maria
23 Policário, Samuel Rodrigues Castro, Raquel Fellet Lawal, Ricardo de Cristófar e
24 Bernadete Maria de Sousa. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início à
25 sessão. **Comunicados da Presidência:** O Senhor Presidente iniciou os informes
26 esclarecendo que em função da reunião do dia vinte e dois de fevereiro do ano de dois
27 mil e dezoito, tendo em vista muitas solicitações da comunidade universitária e também
28 dos órgãos da sociedade sobre as ocorrências envolvendo as obras do Hospital
29 Universitário (HU) será concedida uma entrevista para repassar as informações da
30 referida reunião. Informou, também, que o Planetário- Centro de Ciências da Ufjf- já
31 está em condições de funcionar e tem-se a intenção de que a primeira apresentação seja
32 para os membros do Consu na reunião extraordinária, prevista para o dia nove de março
33 do ano de dois mil e dezoito, que tem por fim discutir o orçamento do ano de dois mil e
34 dezoito. Se houver adequação dos meios técnicos de gravação essa reunião será no
35 Centro de Ciências da Ufjf e logo em seguida será feita a primeira apresentação do
36 planetário. Informou, ainda, que no dia vinte e três de fevereiro do corrente ano, ele
37 juntamente com os professores da Propp-Pró-reitoria de Pós-graduação Mônica Ribeiro
38 e Luiz Paulo esteve em visita à presidência da Fapemig e durante a reunião realizada foi
39 apresentado à Fapemig uma série de estudos, desenvolvidos pela Propp, sobre a
40 participação da universidade nos conselhos câmaras e comissões da Fapemig
41 comparativamente com outras universidades. Ainda, nessa reunião, foram discutidos os
42 assuntos: número de bolsas concedidas de projetos, possibilidade da Fapemig
43 encaminhar a planilha sobre a participação de pesquisadores das diversas instituições,
44 nas comissões e nas câmaras, à Ufjf, a possibilidade da Ufjf providenciar junto aos
45 diversos programas de pós graduação lista de pesquisadores que estejam dispostos a
46 participar dessas comissões e das câmaras a fim de indicar nas diversas áreas. A
47 presidência da Fapemig discutiu sobre o número de bolsas, reconhecendo que é algo
48 muito inelástico a possibilidade de mexer nas bolsas de alguns programas, mas abriu a
49 possibilidade de encaminhamento de projetos específicos da Ufjf, porque uma parte dos
50 recursos da Fapemig são distribuídos por meio de programas e projetos apresentados

1 pelas instituições. Ademais discutiram sobre o projeto de internacionalização que
2 deverá ser enviado para Capes e sobre a possibilidade de contrapartida da Fapemig, que
3 possibilitará demonstrar a Capes que o projeto de internacionalização contará com
4 outras fontes. A presidência da Fapemig reconheceu que foi a primeira vez que recebeu
5 essa proposta e solicitou que essa fosse apresentada em forma de projeto, para que
6 pudesse ser encaminhada. O Presidente do Consu salientou que foi feito convite ao
7 presidente da Fapemig para estar em Juiz de Fora no dia quatro de abril do corrente ano
8 e que ficou agendada reunião dele com os pesquisadores e os coordenadores dos
9 programas de pós-graduação e pesquisa, na qual serão apresentadas as linhas possíveis de
10 projetos. Informou aos conselheiros que a recepção dos calouros foi agendada para o dia
11 seis de março do corrente ano, na Praça Cívica da Ufjf,. Convidou a todos os
12 conselheiros para participar dessa recepção. O último informe versou sobre as denúncias
13 de fraudes na admissão por cotas na Ufjf e para esclarecimento dos conselheiros sobre
14 o assunto convidou o Pró-Reitor adjunto da Prograd, conselheiro professor Cassiano
15 Caon Amorim, para relatar quais as medidas tem sido adotadas frente a essas denúncias.
16 Passou a palavra ao professor Cassiano, o qual saudou a todas as pessoas presentes e
17 começou informando que um grande volume de denúncias de fraudes em diferentes
18 grupos de cotas, principalmente de PPI- Pretos, Pardos e Indígenas, vem sendo trazidas
19 à ouvidoria e à ouvidoria especializada da universidade, que em função disso foi
20 marcada uma reunião com Diretório Central dos Estudantes (DCE) e outras entidades
21 representativas. Foi feita uma reunião com a Prograd, com a Diaf e com a Cdara sendo
22 decidido que haveria o acompanhamento do movimento desses candidatos em relação
23 ao procedimento de pré-matrícula on-line e o de matrícula. Informou que esse
24 acompanhamento já foi feito em relação ao Sisu e foi constatado que alguns
25 classificados sequer fizeram pré-matrícula. Afirmou que nesse caso não há necessidade
26 de apuração, porque eles foram apenas classificados. Em relação aos outros candidatos
27 classificados no Sisu, que fizeram a pré-matrícula, foi criada uma comissão de
28 sindicância onde a Diaf e a Prograd dividirão os trabalhos dessa comissão e
29 encaminharão a questão. Esclareceu que algumas das denúncias recebidas são de
30 candidatos do Pism, mas que a matrícula do Pism ainda não aconteceu. A pré-matrícula
31 do Pism já foi feita, por isso já foram encaminhados alguns nomes para a Cdara
32 verificar o caso. Salientou que tão logo aconteçam as matrículas e a Cdara lhes
33 encaminhe a lista dizendo se houve a confirmação da matrícula dos nomes informados,
34 será criada uma comissão de sindicância, em caso positivo, para apurar às denúncias
35 relativas a esses candidatos. Esclareceu, ainda, que há quatro tipos de verificação para
36 que os candidatos tenham acesso às vagas por grupo de cotas: Escola pública- em
37 relação a esse grupo foram criadas estratégias para evitar fraudes na documentação de
38 comprovação apresentada por esse grupo de cotas. Explicou: antes era cobrado apenas o
39 histórico escolar, mas agora é necessário que o candidato apresente uma declaração da
40 escola atestando que o ensino médio foi cursado integralmente na escola pública.
41 Esclareceu que a medida foi tomada, porque houve uma denúncia no ano de dois mil e
42 dezessete, que foi apurada e constatou-se que realmente havia espaço para algum tipo de
43 fraude nos históricos emitidos pelas escolas públicas. Argumentou que a Ufjf recebe
44 estudantes do Brasil inteiro e como o acesso à tela, que permite verificar o percurso do
45 aluno do ensino médio no SisLAME(Sistema de registro acadêmico do ensino médio
46 em MG) é restrito a(o) secretária(o) escolar, somente a(o) mesma(o) poderá verificar e
47 declarar sobre o percurso escolar do estudante no ensino médio, por isso a declaração
48 emitida pela Escola pública foi exigida. Com relação à questão da renda, ano passado
49 foi criado dentro da Prograd o setor de análise de renda, para efeitos de comprovação na
50 matrícula, composto por três assistentes sociais e dois técnicos em assuntos

1 educacionais vinculados à Prograd. Além disso, foi aprovada a resolução nº60/2017.
2 Na matrícula do Sisu deste ano de 2018 foi testado o que foi aprovado nessa resolução e
3 segundo análise dos próprios servidores da Cdara e da Prograd, que trabalharam
4 recebendo a documentação e fazendo o check list previsto na resolução, funcionou
5 muito bem. Pessoas com deficiência - em relação às vagas disponibilizadas para esse
6 grupo existe uma comissão multiprofissional, composta por servidores professores e
7 servidores Taes da Ufjf, que trabalhou nesta primeira análise. No semestre passado, foi
8 a primeira vez que analisaram os dados de pessoas com deficiência e neste semestre já
9 houve solicitação de ampliação da comissão em função das especificidades das
10 resoluções que garantem vagas para as pessoas com deficiência. Houve manifestação
11 dessa Comissão para que seja ampliado o número de profissionais médicos na
12 comissão: um oftalmologista, um otorrinolaringologista e um ortopedista, sob o
13 argumento que, embora a comissão já conte com a médica professora Márcia Favero,
14 ainda não é suficiente diante das especificidades da legislação. Neste semestre, na
15 ausência desses profissionais, a Comissão analisou os casos e os que se encaixavam nas
16 especialidades mencionadas acima foram encaminhados ao Siass (Subsistema Integrado
17 de Atenção à Saúde do Servidor) e os profissionais médicos desse subsistema
18 contribuíram com a Comissão. Em relação ao grupo de cotas PPI foi formado um grupo
19 de trabalho coordenado pelo professor Julvan, diretor de Ações Afirmativas, que tem
20 chamado pessoas para pensar a política que a universidade vai adotar em relação ao
21 grupo de cotas PPI. Então a partir desse grupo de trabalho será criada uma comissão que
22 trará ao Consu uma resolução a ser analisada. Em seguida, o presidente do Consu
23 Marcus Davi agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Conselheiro Cassiano- Pró-
24 Reitor adjunto da Prograd. **Ordem do dia:** Discussão do ponto de pauta 1.1 - Processo
25 nº 23071.013744/2017-11 – Plano Anual de Atividades de Auditoria
26 Interna/PAINT-2018. Parecer do Conselheiro Eduardo Salomão Condé. O Presidente
27 esclareceu que se trata da reapresentação do Plano Anual de Atividades de Auditoria
28 Interna (PAINT-2018), tendo em vista à deliberação do Conselho Superior, ocorrida na
29 reunião especial do dia 15 de dezembro de 2017, em continuação a reunião ordinária do
30 dia 07 de dezembro de 2017, para providências cabíveis inerentes ao parecer e as
31 alterações indicadas pela relatoria e sua posterior apreciação pelo Conselho Superior da
32 UFJF. Passou a palavra ao Professor Eduardo Condé, que informou que todo ano é
33 apresentada uma proposta de trabalhos para o ano seguinte, no caso 2018, que é uma
34 exigência da Controladoria Geral da União(CGU). Esclareceu que quando da
35 apresentação do Paint/2018, no final do ano passado, ele fez observações e solicitações
36 de providências que deveriam ser tomadas para a aprovação do Paint/2018. Esclareceu
37 que a auditoria tem vinculação com o Conselho Superior da Universidade e é a esse que
38 ela presta contas. Então o que está sendo apresentado são os planos de trabalho para o
39 ano de 2018 e esse será o apreciado em 2018 no Raint, ou seja, na prestação de contas.
40 Informou que seu novo parecer tratou apenas de complementar o parecer já apresentado,
41 nos assuntos que lhe deram origem, após as manifestações referenciadas pelo auditor
42 chefe no Paint/2018. Passou a leitura do Parecer Complementar do Paint/2018.
43 Ressaltou que a auditoria refez parte do paint/2018, que o teor geral do Paint/2018, já
44 foi aprovado pelo Consu e que cabe agora aprovar apenas a parte alterada do
45 Paint/2018. Encerrada a leitura do parecer, o Presidente abriu para discussão. O
46 Presidente retomando às solicitações que foram encaminhadas à auditoria, informou
47 que, como foi apresentado pelo relator, foram incorporadas na sua maioria e ainda a
48 permanência dos pontos que haviam sido questionados: a permanência da auditoria no
49 HU e prazo para a comissão de risco apresentar o seu plano até julho/2018.
50 Encaminhamento pela aprovação do Paint/ 2018, conforme parecer do relator. Decisão:

1 Aprovado por unanimidade. Na sequência, o Presidente passou à discussão do ponto de
2 pauta 2.1 – **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – (Raint)- referente**
3 **ao exercício do ano de 2017.** Informou que o Raint deve ser submetido à apreciação
4 dos conselheiros do Conselho Superior-Consu, consoante o que determina o artigo 16
5 da Instrução Normativa – CGU nº. 24, de 17 de novembro de 2015. E para que fosse
6 feita a apresentação do Raint 2017 solicitou, ao Conselho, autorização para entrada do
7 servidor Auditor Geral Énio Henrique Teixeira. Com a entrada do Auditor Geral o
8 presidente passou-lhe a palavra, o qual cumprimentou a todas as pessoas presentes e
9 esclareceu que primeiramente apresentaria a auditoria interna, em seguida faria um
10 resumo dos trabalhos e por fim as exposições no Raint anual. Informou que fez convite
11 à equipe da auditoria Ufjf para que estivessem presentes, mas por motivos pessoais não
12 puderam estar presentes. Falou da sua satisfação em estar presente no Conselho
13 Superior, pois esse representa com dignidade as ações da Ufjf e delibera ações de
14 políticas e programas de muita importância dessa universidade. Salientou que é com
15 esse espírito que fará a apresentação. Especificou que os trabalhos da auditoria interna
16 da Ufjf são trabalhos de análise de documentação, processos, legislação e contato com
17 às pró- reitorias e gestores. Salientou que têm buscado aproximação com as unidades
18 auditadas, porque para fazer a auditoria além de análise da legislação é necessária a
19 verificação de todo o universo a ser auditado. Explicou que para a obtenção de
20 resultados a equipe de auditoria tem que estar no mesmo nível de conhecimento do pró-
21 reitor e ainda ter visão de assessoramento, porque os conhecimentos necessários são de
22 diversas áreas da instituição e por isso tem buscado trabalhar de forma coletiva e
23 alinhada com a gestão da universidade. Falou sobre as dificuldades enfrentadas no dia-
24-a-dia, de pessoal e de sistema. Informou que a auditoria tem alguns projetos e para dar
25 mais agilidade a esses precisará contar com a colaboração da instituição, porque
26 atualmente muitos trabalhos são feitos manualmente e será importante ser
27 disponibilizado um sistema informatizado para aumentar o volume de ações da
28 auditoria. Ressaltou que para alcançar eficiência é muito importante a auditoria
29 trabalhar junto com a gestão e vice-versa. Esclareceu que a auditoria trabalha com base
30 na relevância, na materialidade e na criticidade, sendo esses os principais aspectos do
31 trabalho de auditoria. Comunicou que a auditoria interna da Ufjf atualmente conta com
32 sete auditores e um administrador, que ele está a frente da auditoria a mais de seis anos
33 fazendo auditorias, orientando sua equipe e buscando sempre proximidade com os pró-
34 reitores para que as recomendações feitas tenham reais condições de serem seguidas.
35 Cientificou aos conselheiros que a auditoria não tem apoio administrativo e que os
36 próprios auditores fazem o trabalho de auditoria e, também, a parte
37 administrativa/funcional da auditoria interna e isso tem dificultado que os auditores se
38 atenham ao trabalho precípua de auditoria. Quanto à capacitação notificou que, houve
39 um apoio extraordinário da Administração em 2017, um curso de formação de auditor
40 interno formação básica e intermediária foi oferecido para todos os membros da equipe,
41 fortalecendo e aproximando a equipe de auditoria interna. Falou sobre os fóruns
42 nacionais de auditores que refletiram positivamente nas ações da auditoria e
43 consequentemente na universidade. Em seguida, informou sobre as ações desenvolvidas
44 pela auditoria interna no ano de dois mil e dezessete e seus desdobramentos, dentre
45 outras a execução do PDI (plano de desenvolvimento institucional), gratificação de
46 curso e concurso, serviço de seleção e treinamento, vigilância ostensiva, bolsa de
47 estudos no exterior, monitoramento dos controles de gestão, programa de
48 monitoramento do Paint, programa de capacitação permanente, as atividades
49 extraordinárias (pregão 13/2017, Avaliação de concurso 90 professor da Ufjf, avaliação
50 da obra do HU, Implantação da Gestão de Risco) e o Paint do ano de dois mil e dezoito.

1 Concluiu informando que o trabalho desenvolvido pela auditoria interna, embora alguns
2 trabalhos tenham necessidade de melhorias e outros ainda apresentem falhas, no geral
3 tem apresentado resultado positivo. Destacou o trabalho conjunto da administração com
4 a auditoria e as discussões das recomendações da auditoria com os pró-reitores como
5 um fator de alcance de muitos pontos positivos. Frisou a necessidade da administração
6 da Ufjf junto com a auditoria interna lutar pelo sistema de informação e a questão de
7 pessoal de apoio administrativo à auditoria, sempre com o fim de atender o interesse
8 público de maximizar os níveis de eficiência na atuação dessa auditoria. Por fim,
9 registrou sua satisfação em trabalhar com o Consu e com a Administração da Ufjf,
10 afirmando que o ano de dois mil e dezoito é um ano de mudanças e que essa reunião,
11 provavelmente, seria a última a frente da auditoria interna. Salientou que cumpriu sua
12 missão, que se dedicou ao máximo à auditoria e que teve muita satisfação em trabalhar
13 com afincos, porque houve uma troca de experiências muito grande com os colegas de
14 trabalho favorecendo crescimento profissional. Declarou estar satisfeita em ser servidor
15 da Ufjf e estar entregando esse trabalho. Agradeceu a todos e se colocou á disposição
16 para maiores esclarecimentos. O presidente agradeceu a participação do Auditor Geral
17 Énio Henrique Teixeira e levando em consideração às declarações feitas pelo mesmo
18 cientificou os conselheiros que ao final do ano de dois mil e dezessete houve uma
19 recomendação às autarquias que criassem normas internas do processo de substituição
20 de seus auditores chefes - tempo de permanência mínimo de três anos e máximo de seis
21 anos no cargo de chefia. Esclareceu que Énio já está na chefia da auditoria interna a
22 mais de seis anos e por isso haveria a substituição, mas não seria prudente fazer uma
23 mudança num período de fechamento e para evitar prejuízos o auditor chefe e a
24 Administração convencionou que a substituição ocorreria após a entrega do Raint/2017
25 e a apresentação do Paint/2018. Seguiu registrando que a Administração e a Auditoria
26 Interna, nesses dois anos que ele esteve a frente da reitoria da Ufjf e Énio na auditoria
27 geral foi uma relação muito profícua. Testemunhou que, durante todo esse tempo, foi
28 preocupação constante do auditor chefe que a auditoria não cumprisse apenas um papel
29 de órgão de controle, fiscalizador, mas fosse muito além e trabalhasse como um órgão
30 efetivamente assessor. Salientou que o auditor ficava muito motivado sempre que era
31 demandado a prestar uma assessoria para enfrentar alguma dificuldade. Esclareceu que
32 o tema substituição do auditor chefe será apresentado ao Conselho oportunamente, para
33 indicação de um novo nome e sua aprovação. Desde já, em nome da reitoria e de toda a
34 Administração Central agradeceu ao Auditor chefe Énio por todos os anos de trabalho e
35 dedicação, principalmente por esses dois últimos anos que eles trabalharam muito
36 próximos. O presidente abriu para que os conselheiros pudessem esclarecer dúvidas
37 relacionadas ao Raint/2017. Os conselheiros Vitor Lustosa, Cristina Simões, André
38 Martins e Fábio Pieri cumprimentaram o auditor geral pelo trabalho à frente da
39 Auditoria interna e, na sequência, pediram alguns esclarecimentos pertinentes ao
40 Raint/2017, relacionadas às ações da auditoria interna: gestão de risco, cursos e
41 concursos, restaurante universitário, hospital universitário, pregão 13/2017, avaliação
42 institucional, controle interno, implantação do SEI e ações de auditoria no Campus
43 Governador Valadares, os quais foram esclarecidos pelo auditor geral com a
44 contribuição do professor Condé em algumas questões. Sem mais inscritos, o presidente
45 informou que pela normatização apenas a apresentação do Raint 2017 é feita, porque
46 esse independe de parecer ou mesmo de votação pelo Conselho. Agradeceu novamente
47 ao auditor Énio pela a apresentação do Raint/2017 e pelo trabalho e dedicação durante o
48 tempo que esteve à frente da Auditoria. O auditor geral Énio agradeceu e informou que
49 a atuação conjunta do Conselho e da Gestão tem beneficiado a toda Ufjf. A seguir o
50 Presidente passou a discussão do ponto de **pauta 3.1 – Recursos em última instância**

1 **contra indeferimento de matrículas – cota para candidatos com deficiência. O**
2 **Conselho Superior passou a deliberar sobre os referidos recursos das candidatas:**
3 **Letícia Duarte Alves- 23071.026339/2017-54 e Renata Neiva Costa-**
4 **23071.026338/2017-18.** O presidente passou a palavra ao relator dos processos
5 conselheiro Cassiano, pró-reitor adjunto de graduação, o qual leu o parecer que a
6 Comissão de análise de matrículas de pessoas com deficiência emitiu no processo
7 **23071.026339/2017-54.** O presidente abriu para discussão passando a palavra à
8 conselheira Aline Passos- Diretora da Faculdade de Direito- a qual cumprimentou a
9 todas às pessoas presentes e ressaltou que o decreto que aborda a questão de cotas para
10 pessoas com deficiência é do ano de mil novecentos e noventa nove e traz em seu texto
11 - no artigo que foi invocado no processo da aluna- “grau de deficiência” e isso lhe
12 incomodou profundamente, porque caminha na contra mão do que vem sendo estudado
13 e entendido sobre a deficiência. Afirmou que esse decreto não está de acordo com o
14 Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo ela não tem como atestar “grau de
15 deficiência”. Reconheceu que o Código Internacional de Doenças (Cid) é um critério
16 importante e objetivo, mas salientou que deve-se levar em consideração outros critérios
17 para analisar o caso. Ressaltou que após quase vinte anos da publicação do decreto nº
18 3.298, de 20 de dezembro de 1999, deve-se repensar o seu uso para a admissão das
19 pessoas com deficiência na universidade. Com a palavra a conselheira Mylena Palermo
20 perguntou se a pessoa com deficiência tem algum suporte durante o processo de
21 admissão na universidade. O relator informou que o suporte é o mesmo dado aos outros
22 candidatos. Aproveitou a oportunidade para dar ciência aos conselheiros que o
23 Ministério da Educação já foi questionado sobre a adequação do decreto nº 3.298/1999
24 com o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Que a Comissão composta por servidores da
25 Prograd e da Proae, inclusive composta por servidores com deficiência, também, fez
26 esse mesmo questionamento. Afirmou que a Prograd tem seguido o que determina o
27 referido decreto, porque, embora a sua não conformidade com o Estatuto da Pessoa com
28 Deficiência já tenha sido questionada por outras Pró-reitorias de Graduação de outras
29 universidades e por outros sujeitos da sociedade, nada foi alterado. A conselheira Aline
30 Passos salientou sobre a necessidade de rever a legislação da universidade sobre a ótica
31 do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Com a palavra o conselheiro Márcio Fortes
32 registrou a insegurança em decidir o recurso pleiteado diante da divergência entre
33 decreto 3.298/1999 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência e questionou como seria
34 possível o Consu fazer o controle de legalidade, para, então, ter condições de decidir.
35 Sérgio Tardelli- representante dos discentes- solicitou a palavra e pediu vista do
36 processo para uma análise mais aprofundada. O presidente esclareceu que o pedido de
37 vista é concedido imediatamente, porque independe de votação. Concedeu vista do
38 processo nº23071.026339/2017-54 pelo prazo legal de 72 horas. Encerrada a discussão
39 desse processo passou a deliberar sobre o processo de Renata Neiva Costa-
40 **23071.026338/2017-18.** O presidente passou novamente a palavra ao pró-reitor adjunto
41 da Prograd, conselheiro Cassiano, para que procedesse a leitura do relatório. Feita a
42 leitura do relatório o Presidente abriu para discussão. Com a palavra a Conselheira
43 Maria Cristina - Faculdade de Medicina- falou sobre diferenças entre pessoas com
44 deficiência e as com doença crônica. Que a pessoa pode ter uma doença crônica e não
45 ser deficiente. O pró-reitor Cassiano afirmou que a preocupação da Comissão é a falta
46 do Cid (código internacional de doenças) nos processos apresentados, porque a
47 legislação obriga fazer uma avaliação objetiva e médica. A conselheira Cristina –
48 Faculdade de Serviço Social - falou sobre a necessidade de se ter pessoas preparadas
49 para analisar as questões referentes às cotas para pessoas com deficiência. Sugeriu a
50 retirada de pauta dos processos, para que esses fossem instrumentados de forma

multidisciplinar, a fim de evitar injustiças. Conselheira Maria Cristina questionou sobre a necessidade de sigilo das informações nos processos de pessoas com deficiência. O Conselheiro Marcos Freitas ressaltou que uso de outros critérios para avaliação admissão por cotas pode abrir oportunidade para quem não a tem por direito. Destacou a necessidade de manutenção de critérios objetivos para essa avaliação feita pela Prograd. O presidente, levando em consideração as dúvidas trazidas pelos conselheiros, lembrou o encaminhamento de retirada de pauta dos processos, sugerido pela conselheira Cristina, para que a comissão trabalhe mais um pouco sobre esses e possibilitar a solicitação de orientações da procuradoria. E posteriormente ser marcada nova data para o Consu deliberar sobre esses processos. Consultou a representação discente se manteria o pedido de vista do primeiro processo. A representação discente solicitou a retirada do pedido de vista do processo nº 23071.026339/2017-54. A mesa encaminhou favoravelmente pela proposta de retirada de pauta dos processos. Retirar de pauta os processos 23071.026339/2017-54 e 23071.026338/2017-18. Decisão: Aprovado por unanimidade.

Assuntos gerais: O presidente passou palavra à conselheira professora Denise Barbosa de Castro Friedrich, a qual cumprimentou a todas as pessoas presentes e relatou aos conselheiros o fato ocorrido em 2012 sobre conflitos de relações de trabalho relacionados à direção e à secretaria da Faculdade de Enfermagem, que geram a abertura de processo na Cosbe. Falou sobre a moção de repúdio ao seu nome, colocada na página da entidade que representa os servidores. Salientou que, embora o processo tenha continuado na Cosbe e na Siass, os servidores ajuizaram, também, uma ação na Justiça Federal, na qual figurou no polo passivo juntamente com a Ufjf. Afirmou que, no dia 5 de dezembro de 2017, em audiência na Justiça Federal, foi inocentada em primeira instância. Registrhou que havia passado por uma situação muito constrangedora, mas foi absolvida. Esclareceu que solicitou o espaço para comunicar sobre o processo e sua absolvição, porque foi no Consu que houve o primeiro ato sobre os conflitos. Informou que no próximo mês fará o pedido de sua aposentadoria e gostaria de sair de “cabeça erguida” dessa instituição, a qual se dedicou por todos esses anos. O presidente se manifestou dizendo que houve um encaminhamento de conciliação com os trabalhadores que não aceitaram preferindo judicializar a questão. Informou que os trabalhadores tiveram uma resposta muito dura da justiça, porque não foi reconhecida a procedência do pedido. Registrhou que o trabalho feito pela AGU de Juiz de Fora foi de muita competência. O conselheiro Márcio Fortes, representantes dos Taes, pediu a palavra e esclareceu que a moção de repúdio foi aprovada pela categoria. Em seguida, salientou que os trabalhadores têm o direito de peticionar ao judiciário se não ficarem satisfeitos com a resposta administrativa e caso os trabalhadores entendam necessário recorrer o sindicato coloca a disposição de todos os sindicalizados o suporte jurídico. Como representante sindical, Márcio, falou sobre os processos de flexibilização informando que Comissão tem se empenhado em dirimir quaisquer dúvidas dos Taes e dos gestores para instruir os processos com total segurança. Afirmou que a Comissão tem sido criteriosa ao avaliar os processos de flexibilização colocando o interesse público em primeiro lugar. Na sequência, o conselheiro Ângelo cumprimentou a todas as pessoas presentes e aproveitou a oportunidade para justificar suas ausências nas reuniões do Consu, argumentando que um dos motivos das ausências foi o conturbado processo de mudança do Instituto de Ciências da Vida em Governador Valadares (GV), o qual funcionava na Universidade Vale do Rio Doce. Informou que esse local era alugado e que por decisão da locadora o contrato não foi renovado com a Ufjf implicando em uma chamada pública e toda uma reação em cadeia. A mudança foi para outros dois prédios- Pitágoras e Unipac, os quais, ainda, não atendem totalmente às necessidades da Ufjf –Campus GV. Registrhou a dificuldade de participar das reuniões

1 do Consu em Juiz de Fora devido aos custos elevados, risco na estrada, entre outros.
2 Lembrou aos conselheiros sobre a necessidade da discussão acerca do Regimento da
3 Ufjf para que seja autorizada a transmissão das reuniões do Consu por meio de vídeo
4 conferência. E caso seja autorizada à transmissão será necessária a aquisição dos
5 devidos materiais e equipamentos de vídeo conferência. O presidente retomou a palavra
6 e explicou que esse assunto já foi apresentado ao Conselho e que já foi constituída uma
7 comissão e essa elaborou uma proposta em condição de vir ao Conselho, mas, agora,
8 depende de algumas soluções técnicas. Informou que para que ocorra a abertura com
9 transmissão a rede do prédio do MAM (Museu de Arte Moderna Murilo Mendes), por
10 se tratar de uma rede limitada, deverá ser avaliada, a fim de decidir se as reuniões serão
11 no Campus universitário ou se farão investimentos na rede do prédio do MAM.
12 Comunicou que o tema será pautado na reunião do Consu em março/2018. Lembrou
13 que é totalmente justificável essa demanda, porque os esforços dos representantes de
14 GV em estar presentes nas reuniões é muito grande. Em seguida, comunicou aos
15 conselheiros que esteve em reunião em Governador Valadares, no dia 31 de janeiro do
16 corrente ano, na qual foi apresentada a lista de indicação da diretoria do Campus, para
17 que seja constituída uma comissão a fim de trabalhar com a intensificação da proposta
18 do processo de descentralização da gestão para o Campus de GV. Informou que serão
19 estudadas alternativas para gestão financeira e para a gestão de pessoal. A busca é por
20 ganhar eficiência e reduzir tramites de processo. Afirmou que a expectativa é de que o
21 trabalho da comissão, a deliberação desse assunto pelo Consu e as implantações sejam
22 feitas até o final do segundo semestre de 2018, para que em 2019 seja possível dar esse
23 salto no nível de descentralização da gestão do Campus. O Conselheiro Ricardo pediu a
24 palavra e solicitou à presidência do Consu, com a aquescência do plenário, que
25 constasse o voto de pesar pelo falecimento do professor Manoel Barbosa Leite Filho,
26 ex-diretor do ICHL, criador do Laboratório de Línguas desse instituto e incentivador,
27 juntamente com o professor Murilo Hingel, da incorporação da faculdade de filosofia à
28 Ufjf, que havia ficado fora do projeto inicial em 1960. Solicitou que a família do
29 professor Manoel fosse notificada, se aprovada à solicitação. A mesa encaminhou
30 favoravelmente. Voto de Pesar de falecimento do professor Manoel Barbosa Leite Filho
31 com a comunicação à família. Aprovado por unanimidade. Em seguida, não havendo
32 mais inscritos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião,
33 secretariada por mim, Raquel Machado, que para constar lavrei a presente ata que dato e
34 assino.

35
36 Juiz de Fora, 26 de fevereiro de 2018.
37
38

39 **Raquel Kelli Assis Brunelli Machado**
40 **Secretária Geral em exercício**
41
42

43 **Prof. Dr. Marcus Vinicius David**
44 **Reitor da UFJF**
45
46
47

48 ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA ____/____/____

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.
9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.

49.	50.
51.	52.
53.	54.
55.	56.